

PROVAS PÚBLICAS PARA ATRIBUIÇÃO DE TÍTULO DE ESPECIALISTA
na área CNAEF 481 – Ciências Informáticas
Requeridas pelo candidato António do Carmo Pratas
Ata nº 1 – Apreciação preliminar

Ao quarto dia do mês de maio de dois mil e vinte e um, pelas 11:00 horas, reuniu o Júri nomeado para as provas públicas para a atribuição do “Título de Especialista” na área CNAEF 481 – Ciências Informáticas, solicitadas pelo candidato António do Carmo Pratas, de acordo com o Art. 12.º do Regulamento de Atribuição do Título de Especialista do ISLA – Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia (ISLA-IPGT), constituído por: -----

- António Manuel de Andréa Lencastre Godinho, Presidente do ISLA-IPGT, que preside; -----
- José Joaquim Magalhães Moreira, na qualidade de docente na área para que são requeridas as provas, indicado pelo Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia; -----
- Luís Carlos Gonçalves dos Santos Seco, na qualidade de docente na área para que são requeridas as provas, indicado pelo Instituto Politécnico da Maia; -----
- Pedro Manuel Ferreira Raposo Torres Brás, na qualidade de representante da Ordem dos Engenheiros Técnicos; -----
- Ricardo Alexandre Peixoto de Queirós, na qualidade de representante do Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência; -----
- Ricardo Ângelo Rosa Vardasca, na qualidade de docente na área para que são requeridas as provas, indicado pelo Instituto Superior de Gestão e Administração de Santarém; -----

A reunião realizou-se por videoconferência, de acordo com o previsto no n.º 6 do Art. 12.º, do DL n.º 206/2009, de 31 de agosto, na qual foram analisados os elementos que fazem parte da instrução do pedido, sendo eles os seguintes: -----

- 1) Requerimento para prestação de provas públicas para obtenção do Título de Especialista; -----
- 2) Currículo profissional; -----
- 3) Trabalho de natureza profissional. -----

Face à apreciação dos documentos referenciados, o Júri concluiu que: -----

- a) O candidato satisfaz as condições de admissão às provas, pois detém a formação inicial superior e tem mais de 10 anos de experiência profissional no âmbito da área para que são requeridas as provas; -----
- b) O candidato deverá reformular até 31 de maio o seu Currículo Profissional detalhando a experiência profissional (trabalho técnico); -----
- c) O candidato apresentou um Trabalho que se insere na área para que foram requeridas as provas. -----

Assim, o Júri decidiu, por maioria, admitir o candidato às provas públicas, bem como: -----

- 1) Marcar o dia 16 de junho, com início às 14h30, para a realização das Provas Públicas previstas; -----
- 2) As provas poderão ocorrer por videoconferência; -----
- 3) A apreciação e a discussão do currículo profissional serão conduzidas em separado pelos membros: Ricardo Alexandre Peixoto de Queirós e Pedro Manuel Ferreira Raposo Torres Brás; -----
- 4) A prova referida no número anterior terá a duração máxima de 2 horas, incluindo a discussão, podendo intervir na mesma todos os restantes membros do Júri; -----
- 5) A apresentação do trabalho de natureza profissional terá a duração máxima de uma hora seguida de discussão de igual duração máxima, conduzida pelos membros Luís Carlos Gonçalves dos Santos Seco e

José Joaquim Magalhães Moreira, podendo os restantes membros intervir, e o candidato dispõe do mesmo tempo utilizado pelos membros do Júri na discussão. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que é do conhecimento e merece a concordância de todos os elementos do Júri e que vai ser assinada pelos membros presentes fisicamente nas instalações do ISLA-IPGT aquando da realização desta videoconferência. -----

O Presidente do Júri: _____


(António Lencastre Godinho)

O Vogal: _____


(José Joaquim Magalhães Moreira)